

**OS PLANOS DIRETORES (1997-2008) DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU: UMA
ANÁLISE DO (RE) ORDENAMENTO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO E A
QUESTÃO RURAL.**

Alan Pacífico

Graduando em Geografia e Meio Ambiente, PUC-Rio
Membro do grupo de pesquisa GeTERJ PUC-Rio
Quadro Técnico da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ)
alancdc@gmail.com

Ana Huara Capriles

Graduando em Geografia e Meio Ambiente, PUC-Rio
Jornalista da Revista ECO21
anahuara@hotmail.com

Victor Tinoco

Graduando em Geografia e Meio Ambiente, PUC-Rio
Bolsista do Grupo PET Geografia, PUC-Rio
victortinoco85@gmail.com

RESUMO:

Este trabalho desenvolve-se a partir de uma análise do (re)ordenamento territorial do município de Nova Iguaçu-RJ (localizado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro), a qual pôde se realizar através de um diagnóstico de dois Planos Diretores da cidade, o de 1997 e o de 2008. Puderam ser observadas contradições no que tange as relações entre o urbano-rural e a própria forma de se planejar o território do município. No Plano Diretor de 1997, o governo municipal determinou que todo o território do município de Nova Iguaçu era considerado urbano, não reconhecendo o meio rural e classificando suas populações como agricultoras urbanas. Em contrapartida, o Plano Diretor de 2008 é elaborado com uma perspectiva de reconhecimento das zonas rurais, dessa maneira levando a uma nova divisão do trabalho dentro do território entre as zonas urbanas e rurais.

Palavras-Chave: Cidade-Campo, Plano Diretor, Ordenamento Territorial, Zona Rural, Nova Iguaçu-RJ.

OS PLANOS DIRETORES (1997-2008) DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU: UMA ANÁLISE DO (RE) ORDENAMENTO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO E A QUESTÃO RURAL.

Introdução

O município de Nova Iguaçu situa-se na região da Baixada Fluminense, fazendo parte também da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, localiza-se a 22° 45' 33" de latitude sul e 43° 27' 04" de longitude oeste, a uma altitude de 25 metros. Estima-se que há cerca de 855.500 habitantes, de acordo com os dados do IBGE. Ele está, administrativamente, dividido em cinco Setores de Planejamento Integrado (SPIs), cada um deles, por sua vez, dividido em Unidades Regionais de Governo (URGs), sendo estes últimos, subdivididos em bairros. (Lei nº 006 de 12/12/1996 – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável da cidade de Nova Iguaçu). As URGs foram criadas para oferecer os serviços ordinários à população, descentralizando, assim, alguns serviços rotineiros realizados apenas no Centro da cidade.

Este estudo desenvolve-se a partir de uma análise do (re)ordenamento territorial de Nova Iguaçu, a qual pôde se realizar através de um diagnóstico de dois Planos Diretores da cidade, o de 1997 e o de 2008. Puderam ser observadas contradições no que tange as relações entre o urbano-rural e a própria forma de se planejar o território do município. No Plano Diretor de 1997, o governo municipal determinou que todo o território de Nova Iguaçu era considerado urbano, não reconhecendo o meio rural e classificando suas populações como agricultoras urbanas. De acordo com o Plano Diretor de 1997:

Artigo 8º - O Perímetro Urbano compreende todo o território da Cidade de Nova Iguaçu, coincidindo os seus limites territoriais com os consignado no Decreto-lei nº 1.056, de 31 de dezembro de 1943, e nas Leis nº 1.773, de 21 de dezembro de 1990, nº 1.902, de 18 de dezembro de 1991 e nº 2.209, de 30 de dezembro de 1993.

Em contrapartida, o Plano Diretor de 2008 é elaborado com uma perspectiva de reconhecimento das zonas rurais dessa maneira levando a uma nova divisão do trabalho dentro do território entre as zonas urbanas e rurais. O atual governo, que possui caráter de esquerda, ampliou o diálogo com os movimentos sociais rurais existentes no território. Tais movimentos reivindicavam reconhecimento e regularização há anos, o que faz deste Plano Diretor, mesmo com suas contradições um relativo avanço nas políticas públicas.

Atualmente podemos compreender que há uma dificuldade ou uma imprecisão, em se determinar o que seria rural e urbano, por parte do Estado, nesse mesmo sentido, podemos

observar que são duas dimensões espaciais complementares, mas ao mesmo tempo contraditórias e assimétricas.

No entanto, é a cidade contemporânea que determina a divisão territorial do trabalho entre urbano e rural, dentro das dinâmicas do espaço municipal. De todo modo, os planejamentos dos municípios possuem caráter prioritariamente urbano, detendo a visão de um rural atrasado e projetado enquanto agrícola negando os modos de vida do meio rural e muitas vezes, recriando-os como uma mercadoria.

A questão rural, no caso de Nova Iguaçu, nos é posta como uma questão política agregadora das problemáticas agrárias, agrícolas e ambientais (natureza natural) além de estar diretamente atrelada a lógica de planejamento e gestão do território municipal.

O reconhecimento dessa questão nos remete a análise da re-elaboração da ordem territorial imposta pelo Plano Diretor do ano de 1997, o Plano Diretor vigente (de 2008) onde já está impressa a perspectiva de uma nova divisão territorial do trabalho, de toda forma reconhecendo as multiterritorialidades presentes dentro do espaço do município.

Desse modo, o Plano Diretor de 1997 nos coloca de frente a uma lógica de planejamento territorial voltada para um modelo de desenvolvimento urbano, atrelado a políticas governamentais direcionadas para os grupos de interesses imobiliários, ou melhor, dizendo, “uma ação planejada, visando à transformação, a priori, no plano jurídico, do potencial de uso de terras rurais em urbanas.” (SPOSITO, 2006, p.123)

OBJETIVO

Analisar, observar e refletir acerca das relações contraditórias e desiguais existentes nos territórios rurais em interação com os urbanos no município de Nova Iguaçu a partir de um estudo crítico de seus mais recentes Planos Diretores (1997, 2008). Buscar na percepção dos fenômenos recorrentes um olhar crítico onde, a partir desse ponto se compreenda um pouco dos processos de reprodução e produção social do espaço.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Uma revisão bibliográfica em livros científicos, periódicos e sítios da internet servirá como base para a construção da fundamentação teórica deste trabalho. É imprescindível para as análises pretendidas que se faça uma profunda reflexão dos conceitos pertinentes ao objeto

deste projeto, a análise dos conflitos territoriais rurais no espaço urbano. A partir da utilização do método dialético promover-se-á debates, diálogos, reflexões que estejam pautadas na relação indissociável entre objeto, teoria e realidade, a fim de se atingir objetivos que saiem de forma mais pertinente as expectativas traçadas. Também, fora elaborada uma pesquisa documental, onde buscamos analisar as leis, os Planos Diretores, as portarias governamentais, os censos dos Entes Federativos referente à questão agrária, sendo o município de Nova Iguaçu aquele que permeará as discussões propostas.

Neste caminho, tornam-se fundamentais a realização de trabalhos de campo que consistirão em caminhamentos expeditos no município de Nova Iguaçu, nas áreas de assentamentos rurais. Foram realizadas visitas à prefeitura e à bibliotecas para a coleta de dados pertinentes a este projeto. Nas pesquisas de campo serão realizadas entrevistas com moradores dos assentamentos e pequenos agricultores, para que a problemática das suas questões possa ser observada o mais fidedignamente possível. Pensa-se assim que é de fundamental importância a coleta de dados não somente por meio dos censos disponíveis, mas também na produção de novos dados que são fundamentais para a execução da análise, como: quantos são os assentamentos de Reforma Agrária, pequenos produtores familiares, sítios e chácaras? Quais são eles e onde estão localizados?

METODOLOGIA

Como base teórico-metodológica, fundamentamo-nos em Alentejano (2005 e 1998), a partir de suas projeções sobre a luta pela terra e a urbanização no estado do Rio de Janeiro e a realidade socioespacial do campo fluminense; em Oliveira (2007) buscamos a lógica da expansão do capitalismo no campo na escala nacional e fundamentalmente em Lefebvre (2008 e 1991), as projeções do espaço e a política e a percepção sobre o(s) direito(s) à cidade e a constituição da sociedade urbana; em Rua (2006) buscamos as análises das interações entre urbano e rural e a construção desse processo socioespacial com a perspectiva de Simões (2007) que trata dos processos vigentes na atual configuração territorial de Nova Iguaçu e da Baixada Fluminense. Moreira (2007) nos traz as configurações de poder entre urbano e rural dentro dos planos diretores, dando ênfase à importância da cidade nas definições sobre a questão rural.

Utilizamos como base fundamental de nossa análise o conceito de território, pois, apresenta-se como um elemento de grande importância, para nos auxiliar na construção de uma reflexão crítica da problemática elaborada neste estudo, pelo fato de ser uma categoria

que detém amplitude dentro das análises das ciências sociais e principalmente dentro da geografia. Este é um conceito central e tem como essência fundamental as relações de Poder, ou melhor, o espaço geográfico sob relações de poder, para isso nos apoiaremos em Souza (1995) e Haesbaert (2004).

Souza (1995 p.78) conceitua território fundamentalmente como “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”, o que nos evidencia que este conceito esteve por muito tempo preso à concepção do Estado, onde o território fica restrito a uma dimensão jurídico-administrativa. No entanto, este autor nos traz a compreensão de que os territórios são construídos e desconstruídos nas mais diversas escalas de espaço-tempo.

Nesse sentido, Souza (1995) nos leva a perceber a flexibilidade do território na dinâmica do espaço-tempo, dentro do fluxo cotidiano, baseado nas diferentes formas de apropriação do espaço geográfico, de acordo com a mobilidade dos diferentes grupos. Outra análise que este autor realiza é sobre a relação entre território, desenvolvimento e autonomia, em que desenvolve a idéia de que:

uma sociedade autônoma é aquela que logra defender e gerir seu território, catalisar de uma identidade cultural ao mesmo tempo continente de recursos, cuja acessibilidade se dá, potencialmente, de maneira igual para todos (SOUZA, 1995, p.106)

Elabora uma visão autonomista sobre a lógica do conceito de território a partir de uma abordagem tanto material quanto imaterial do espaço geográfico sob relações de poder, na definição de uma proposta de desenvolvimento “socio-espacial”.

Por outro lado, Haesbaert (2004) como Souza (1995) também destaca ser o território demarcado através de sua apropriação por grupos sociais que estabelecem relações de poder naquele espaço impedindo o seu acesso, mas, ao mesmo tempo, construindo uma abordagem integradora, em que o território é visto como multidimensional, multiescalar e de bases materiais e imateriais (abarcando as dimensões políticas, econômicas, culturais e simbólicas). Este autor nos traz a concepção das multiterritorialidades, que detém um sentido “de uma consciência multi ou pluriescalar, com múltiplos espaços de referência identitária.” (HAESBART, 2004, p.359), além de unir uma análise sobre o processo de (des)(re)territorialização, pelo fato de estarmos trabalhando com grupos sociais que buscam o reconhecimento de seus territórios.

Este autor nos direciona sobre a lógica do (re)ordenamento territorial sendo uma nova ordem ao território imposta pelo Estado.

Desta forma, tentaremos desenvolver um diálogo entre teoria-empíria compreendendo que os grupos sociais rurais, dentro das abordagens teóricas apresentadas, são produtos e

produtores de uma diversidade socioespacial, tendo como base fundamental o território concebido pelo governo municipal.

UM BREVE HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE E DA FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO DE NOVA IGUAÇU PARA A ANÁLISE DA QUESTÃO RURAL.

O processo de constituição da Baixada Fluminense é intrínseco ao processo de formação territorial do município de Nova Iguaçu. Anteriormente toda a região fazia parte do município de Iguaçu e foi a partir deste último que outros municípios se emanciparam. Iguaçu foi o nome dado ao atual município de Nova Iguaçu até o ano de 1916.

Originalmente ocupada principalmente pela etnia tupinambá, a região da baixada fluminense foi um lugar de passagem durante os ciclos econômicos do açúcar, do ouro e do café.

Durante o século XVII, os engenhos de açúcar e aguardente possibilitaram o surgimento de vilarejos. No final do século XIX e início do século XX, com o declínio da produção de café, implantou-se a citricultura na região da baixada fluminense.

Diversos agricultores do norte do estado do Rio de Janeiro e de Portugal foram atraídos para a região para plantar laranja em chácaras e fazendas. A produção foi tão intensa que colocou o Brasil como um dos principais exportadores de laranja do mundo.

A crise econômica gerada pela Segunda Guerra Mundial levou a citricultura da Baixada à decadência. Em busca de uma compensação pelos prejuízos, os fazendeiros decidiram incorporar-se a empreendimentos imobiliários e dividiram suas propriedades em lotes para vender por preços populares.

Diversas obras de infra-estrutura e as remoções dos cortiços e das favelas no Estado da Guanabara iniciadas no começo do século XX valorizaram os lotes na região da Baixada Fluminense. Tais loteamentos foram aumentando ao longo do século XX e como não havia fiscalização para a autorização dos lotes foi predominante a venda de terrenos em áreas de risco e com pouca ou nenhuma infra-estrutura. Desse modo, a distribuição fundiária na baixada fluminense oferece ao migrante um terreno mais barato que na capital, no entanto, sem condições salubres de moradia, mas que ofereciam uma relativa proximidade ao trabalho (nas centralidades do Grande Rio).

Na década de 40, foi realizado também um programa de drenagem que possuía como principal objetivo a criação de um “cinturão verde” que abasteceria toda a cidade do Rio de

Janeiro. Esse fato também ampliou a especulação de empreendimentos imobiliários na Baixada Fluminense. De acordo com Alentejano (2005, p.2)

A maioria dos grandes proprietários de terras e grileiros do local optaram pela erradicação dos laranjais ali existentes, expulsão dos lavradores e sua substituição por loteamentos urbanos ou, nas áreas mais distantes, pelo gado, tradicional forma de mascarar a ação especulativa, aguardando os efeitos valorizadores da expansão urbana.

Alentejano (2005) também coloca que ao longo das décadas de 50 e 60 houve a partir do Estado o investimento visando implantar indústrias na região, o que contribuiu para a mudança do perfil de ocupação inicial, levando uma área que até então era predominante agrícola a desenvolver um caráter mais industrial gerando espaços de conflito entre o rural e o urbano.

Tais processos geraram inúmeros conflitos de terra envolvendo grileiros, posseiros e fazendeiros. Enquanto os posseiros tentavam se organizar para não perder a terra, os fazendeiros se aliavam a empreendedores imobiliários e aproveitavam-se de sua valorização.

A violência se tornou uma ação permanente na região que muitas vezes terminava em assassinatos. Esse período é bastante conturbado tanto em nível de Brasil quanto de Baixada fluminense. É o momento em que o país está se industrializando, a baixada passa por uma mudança de matriz (essencialmente rural e agrária para uma predominantemente urbana) e também é intensa a migração campo-cidade por todo o território nacional.

A ocupação da baixada serviu para minimizar a ampliação de construções ilegais dentro da capital e abrigar uma mão de obra barata e de baixa qualificação.

Desde os anos de 1980, alterações vêm acontecendo pelo fato de que atualmente a Baixada abriga boa parte da população economicamente ativa mesmo que a maioria ainda continue trabalhando nas centralidades da capital. Apesar de todos esses processos, a região se tornou predominantemente urbana, mas possuindo ainda ruralidades que estão enraizadas devido a todos os processos históricos e políticos.

Outro fato que não pode deixar de ser mencionado é que no final do século XX a Baixada é palco de inúmeras ocupações de movimentos sociais rurais que culminaram nos atuais assentamentos de reforma agrária, muitos deles localizados em Nova Iguaçu.

No espaço da Baixada Fluminense ficam claras algumas marcas do grande adensamento urbano e da sub-urbanização, que tomaram conta do(s) espaço(s) rural(is) desta região, de modo que algumas atividades ditas “rurais” (ou de caráter agrícola) se desenvolvem em espaços reconhecidos como dentro do perímetro urbano, tendo o município de Nova Iguaçu como umas das expressões desses processos.

Nesse sentido, tal processo de ocupação do território – tanto metropolitano como em sua escala intra-urbana – contribuiu para a conformação de uma cidade com padrões de ocupação desiguais. Abriga, assim, um forte centro de comércio e serviços com equipamentos, melhores níveis de urbanização e alguma verticalização, caracterizando-se pela vitalidade do mercado imobiliário. Ao mesmo tempo, conta com uma grande região periférica carente de equipamentos e infra-estrutura, formada por loteamentos precários implantados de forma fragmentada e por moradias, além da questão rural, a partir dos enfoques agrário, agrícola e ambiental, historicamente construídos no município.

AS ZONAS RURAIS A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA DOS PLANOS DIRETORES (1997- 2008) DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU

A institucionalização das zonas rurais é uma maneira de (re)ordenar o território, pois são criadas 10 zonas rurais (representadas no mapa 1) que agregam dentro de seu território assentamentos de reforma agrária, pequenos produtores, sítios e chácaras.

No Plano Diretor de 2008 as zonas rurais são definidas de acordo com art. 54, nos colocando que:

Art. 54. Constitui Zona Rural a parcela do território municipal não incluída na Zona Urbana, destinada às atividades primárias e de produção de alimentos, bem como às atividades de reflorestamento, de mineração, de agropecuária e outros, desde que aprovadas e licenciadas pelo órgão municipal de meio ambiente.

Dessa forma, fica claro que as zonas rurais são definidas a partir de uma percepção diretamente ligada ao sentido agrícola do rural, no entanto, no Plano do ano de 1997 essas localidades estavam sendo consideradas dentro do que se determinava áreas de Frente de Expansão Urbana e Transição (Cinturão Verde) definida no Plano Diretor (1997) como:

Art 10 - As **Zonas de Transição (Cinturão Verde)** compreendem as áreas do território onde encontram-se presentes atividades agrícolas e pecuária de pequena escala, formada basicamente por sítios e chácaras de lazer, sendo caracterizada por uma ocupação de baixa densidade e de edificações dispersas.

E em que detinham um caráter voltado para especulação imobiliária, como nos coloca Simões (2007, p.244):

a maior parte destas terras destina-se a funcionar como reserva de valor, aguardando uma transformação do uso do solo ou a passagem de rodovias que valorizem a áreas e tornem a sua venda rentável, até porque a legislação mais rigorosa tem inibido a

formação de loteamentos populares nesta área, embora existam alguns de caráter clandestino e irregular. Com isso, a população rural local foi praticamente extinta, seja pela expulsão, seja pela sua conversão em trabalhadores urbanos e os poucos que resistem, em geral, praticam a pluriatividade.

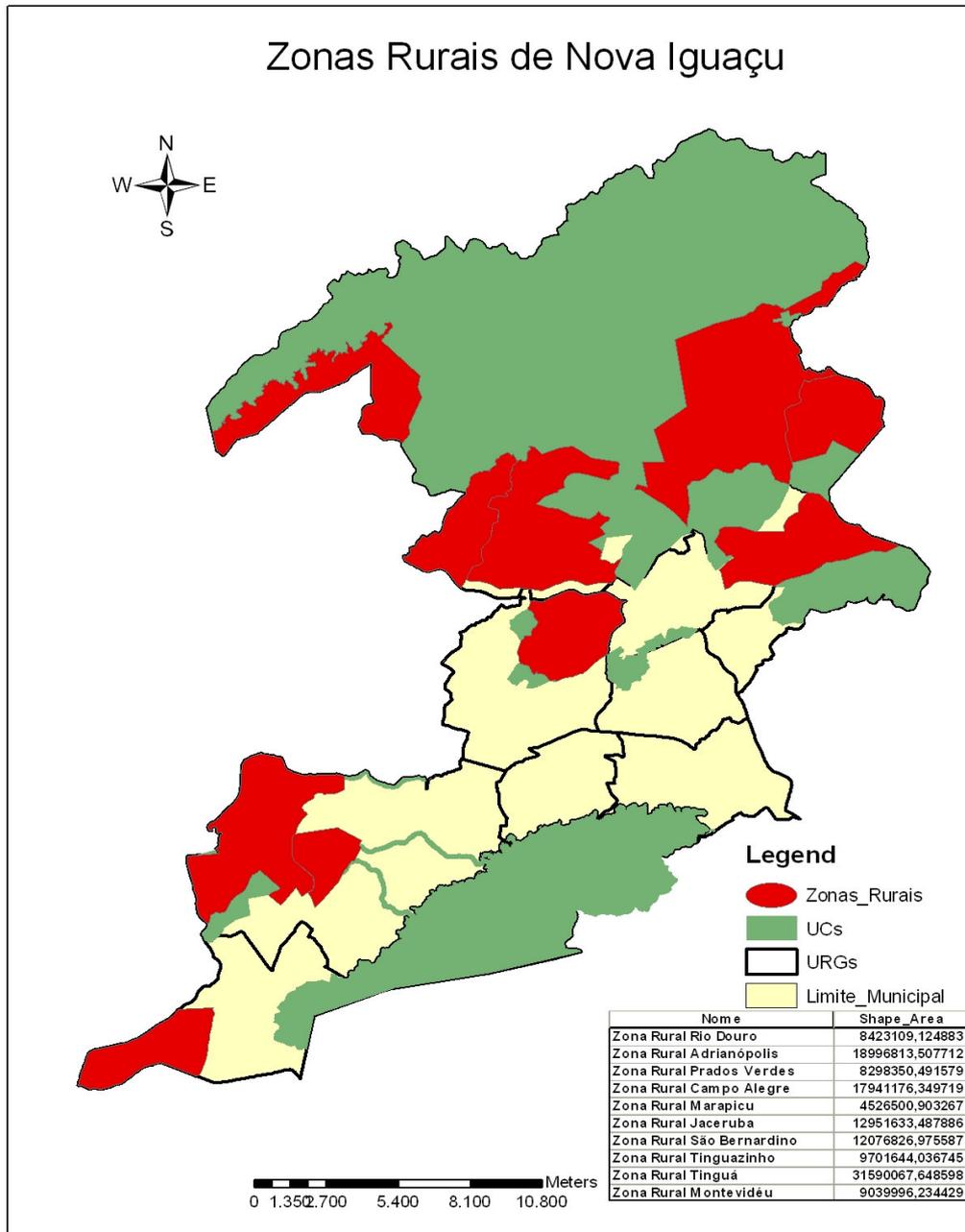
Este autor nos traz o olhar sobre o forte processo de especulação dentro do território municipal, pois as áreas que são determinadas como rural atualmente, ainda são estratégicas para o governo do município, pois estão localizadas dentro das zonas de expansão urbana ou próximas às áreas de preservação ambiental, como a do Tinguá e do Gericinó-Mendanha nas vertentes norte e sul do município.

Com isso, fica explícita uma diversidade de atores sociais que compõem esses territórios. Concomitantemente há uma política do Plano Diretor atual de conter a especulação imobiliária, ou melhor, conter a expansão urbana, associada a ações de caráter compensatórios para as populações que trabalham dentro do que se determinou como rural.

Outro fator que não podemos deixar de abordar é a proximidade das zonas rurais com o que se determina zona urbana, pois são espaços que se caracterizam “pelo compartilhamento, no mesmo território ou em micro parcelas territoriais justapostas e sobrepostas, de usos do solo, de práticas socioespaciais e de interesses políticos e econômicos”. (SPOSITO, 2006, p.121), sendo uma política da prefeitura ordenar o espaço urbano a partir de uma regularização fundiária, dada pela questão da forte proximidade entre as zonas urbanas e rurais. Dessa forma, podemos compreender que a proximidade dessas zonas é fruto do processo de urbanização/metropolização, marca fundamental da Baixada Fluminense nas últimas décadas.

No entanto, por mais que reconheça as zonas rurais, a prefeitura ainda não detém políticas eficazes voltadas para um processo de desenvolvimento do meio rural local, uma dessas poucas ações seria a implementação de feiras para os agricultores, difundidas pela cidade. Um dos exemplos que podemos citar é a feira agroecológica que ocorre uma vez por semana no bairro do centro, onde participa uma parcela dos produtores de agricultura familiar da cidade.

Mapa 1



Fonte: Produzido no Laboratório de GIS da PUC-Rio a partir de base da prefeitura de Nova Iguaçu, ano 2009.

ALGUMAS SINALIZAÇÕES

Diante da análise dos Planos Diretores de 1997 e 2008, podemos observar que no atual plano, houve um “avanço” em relação às políticas públicas voltadas para o meio rural, no entanto, ainda são insuficientes já que tanto os direitos, quanto os subsídios e até mesmo as condições infra estruturais de moradia não são adequadas ambientalmente e estão localizadas próximo à periferia da cidade, distantes dos centros de representação política e econômica. Tal fator acarreta dificuldades tanto ao escoamento da produção quanto ao acesso aos direitos básicos, ao(s) direito(s) à cidade (saúde, educação, lazer, trabalho).

Um dos elementos que percebemos na dinâmica do Plano Diretor do ano de 1997 é a questão da conjuntura de fragmentações na Baixada Fluminense nos anos 90, ocasionando uma perda econômica significativa, no que tange a arrecadação tributária do município. Dessa forma, fica evidente no Plano Diretor de 1997 a opção pela arrecadação do IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano), como estratégia de recomposição econômica, diante das perdas sofridas pelas fragmentações, determinando que todo o território municipal é constituído pelo perímetro urbano.

Por outro lado, o Plano atual revela-se contraditório pelo fato de recriar as zonas rurais e ao mesmo tempo favorecer outras políticas públicas como Arco Metropolitano que será construído sobre algumas dessas mesmas zonas rurais. Algumas dessas macro-políticas de cunho urbano industrial como o Arco Metropolitano trazem um discurso de favorecimento à agricultura, no sentido do escoamento da produção, mas no entanto, estas obras impõem uma nova dinâmica territorial e a necessidade de realocações habitacionais sobretudo nas zonas rurais.

De toda forma, podemos perceber na análise desses dois Planos Diretores um padrão dominante do modelo de desenvolvimento urbano sobre o planejamento do município como um todo. Há a sobreposição sobre as dinâmicas rurais que (re)ordenam o território municipal de forma contraditória e desigual construindo uma perspectiva de um rural cada vez mais agrícola.

REFERÊNCIAS:

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. **Reforma Agrária e Pluriatividade no Rio de Janeiro: Repensando a dicotomia rural-urbano nos assentamentos rurais**. Mestrado Ciências em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - UFRRJ-CPDA - Rio de Janeiro, 1997. 199p.

_____, Paulo Roberto Raposo . **Luta por terra e reforma agrária no Rio de Janeiro**. Revista Fluminense de Geografia, Niterói/RJ, v. 1, n. 1, p. 109-124, 2005.

HAESBAERT, R. .**O Mito da Desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertraánd Brasil, 2004. v. 1. 400 p.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, ano 1999. 178p.

_____.**Espaço e Política**.-Belo Horizonte 1 ed. Editora UFMG, 2008.

_____. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Moraes, 1991. 145 p.

MOREIRA, R. J. .**Terra, Poder e Território**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. v. 1. 360p.

OLIVEIRA, A. U. . **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. 1ª. ed. São Paulo: FFLCU/LABUR EDIÇÕES, 2007. v. 1. 184p.

RUA, J. **Urbanidades no Rural: o dever de novas territorialidades**. Campo Território Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec. 1984.

_____, **A Urbanização Brasileira**- 5 .ed.- São Paulo: Edusp, ano 2005,174p.

SIMÕES, M. R.. **A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense**. 1. ed. Mesquita: Editora Entorno, 2007. 300 p.

SPOSITO, M. Encarnação Beltrão . **A questão cidade - campo: perspectivas a partir da cidade**. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. (Org.). Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural. 1a. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, v. , p. 111-130.

SOUZA, M. L. de. **O Território: sobre espaço, poder, autonomia e desenvolvimento**. In: Castro et al. (orgs.) Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

Plano Diretor do Município de Nova Iguaçu do ano de 1997

Plano Diretor do Município de Nova Iguaçu do ano de 2008

Sítios da internet:

<http://www.global.org.br/docs/relatoriobaixada.pdf> (acesso no dia 15 de novembro de 2009)

http://www.nima.puc-rio.br/sobre_nima/projetos/novaiguacu/ (acesso no dia 15 de novembro de 2009)